

# CIRCUITOS ANTROPOLÓGICOS

## Por uma Antropologia Negra no Brasil



Anthropological Circuits:  
For a Black Anthropology in Brazil

Luciana de Oliveira Dias

Universidade Federal de Goiás

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Goiânia, Brasil

lucianadias@ufg.br | ORCID iD: 0000-0002-2570-8078

### Resumo

Neste manuscrito apresento uma narrativa que articula o processo de constituição do Comitê de Antropólogas/os Negras/os na Associação Brasileira de Antropologia - ABA e um movimento de circulação de um saber antropológico que conta com agência e autoria negras, chamado por mim de Antropologia Negra. Faço uso de termos bastante conhecidos na Antropologia, tais quais, dádiva, hau, reconhecimento, reciprocidade, dentre outros, na busca por reflexões acerca, em um primeiro momento, da “novidade” que se apresenta para a Associação no ano de 2018 no formato de Comitê; e em um segundo momento acerca da consideração de uma maneira de mobilizar saberes e fazeres racialmente situados e honestamente anunciados. A consideração mais importante por mim alcançada é a de que a Antropologia Negra está inserida em um circuito de prestações totais, é dotada de dádiva e obriga a Antropologia a receber e retribuir o presente dado.

### Palavras-chave

antropologia negra; dádiva; saberes e fazeres.

### Abstract

In this text I present a narrative that articulates the process of constituting the Black Anthropologists Committee, at the Brazilian Association of Anthropology - ABA and the circulation of an anthropological knowledge that has black agency and authorship, which I call Black Anthropology. I make use of terms well known in Anthropology, such as gift, hau, recognition, reciprocity, among others, in the search for reflections on, at first, the “novelty” that presents itself to the Association in the year 2018 that is the Committee; and in a second moment about the consideration of a way to mobilize knowledge and practices that are racially situated and honestly announced. The most important consideration is that Black Anthropology is inserted in a circuit of exchanges, is endowed with a gift and obliges Anthropology to receive and reciprocate the gift.

### Keywords

black Anthropology; gift; knowledge and doings.



## Introdução

“Não são definições minhas, mas as adoto por estar com elas de acordo e pela certeza de facilitar tua compreensão. Como já te adiantei, sou negra, uma juntada de pretos e pardos.”

Sueli Carneiro, 2005, p. 22.

**A**s reflexões de Ailton Krenak (2020: 10), no livro *O amanhã não está à venda*, ao constatar que a humanidade vive hoje uma “abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de Vida, de existência e de hábitos”, auxiliam na busca por entendimento e respostas a problemas estruturais como os preconceitos, discriminações, racismos, necropolíticas, etnocídios, epistemicídios e ontoepistemicídios. O alerta que acrescento à asseveração do ambientalista e liderança indígena que abre esta escrita, diz sobre a necessidade de desconfiar de ambientes por demais homogêneos, sobremaneira quando a sociedade envolvente é profundamente plural e diversa. A ausência da diversidade em espaços menores e instituições específicas de uma sociedade plural evidencia uma crise civilizatória.

Detendo um enfoque na produção e conhecimento antropológico no Brasil, direcionando a atenção para os sujeitos produtores desses conhecimentos, não é de difícil constatação a ausência quase absoluta de antropólogas negras e antropólogos negros atuando no campo e escrevendo sobre Antropologia. Neste sentido, o que se pode atestar é a prevalência de uma homogeneidade racial, ainda que figure em algum momento, ou em algum contexto, alguma exceção. No Brasil, a autopercepção nacional considera as identidades raciais (Pinho & Sansone 2008: 10), sendo que a população negra (preta e parda), que representa hoje 55% da população nacional, tem historicamente resistido a genocídios, escravidão, exclusão, invisibilidade, silenciamentos, condenações geracionais e extermínio. O racismo estrutural atravessa todas

as instituições, colocando barreiras e instaurando uma racionalidade inconsciente reprodutora desse dispositivo de opressão.

Feitas estas considerações iniciais, apresento neste manuscrito uma breve reflexão sobre os desafios para o reconhecimento de uma Antropologia Negra, ou seja, com agência e autoria negras, no Brasil. A Antropologia no cenário brasileiro atual, percebida desde minha posicionalidade, sou uma antropóloga negra, tem sido desafiada a reconhecer circuitos que levam a uma pluralização de si, o que descortina um extenso horizonte de possibilidades teórico-metodológicas, salutar para a consolidada disciplina. Profissionais da Antropologia Cultural têm se dedicado a estudar esta pluralização de si a partir de áreas como a Antropologia da alimentação, da arte, da saúde, das emoções, das religiões, jurídica, urbana, visual etc. e até mesmo Antropologia das Populações Afro-brasileiras. Uma proposta que faço aqui é a de tematização de uma Antropologia Negra neste vasto, polissêmico e polifônico campo.

Este texto conta com duas seções, nas quais busco realizar algumas reflexões acerca de agências e autorias negras e também de um engajamento antirracista que tem deixado a Antropologia brasileira mais plurivocal e polissêmica. Na primeira seção contextualizo minimamente o processo de criação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), destacando a forte agência de profissionais negros e negras da Antropologia que demandam uma pluralização na composição racial da Associação. Em uma segunda seção, chamo a atenção para alguns circuitos antropológicos que devem ser feitos e que demandam pelo reconhecimento do hau (Mauss 2003) que há na Antropologia Negra e que também implicam o campo na obrigação não somente do reconhecimento, mas também da reciprocidade.

Realço que o fato de presenças, vozes e escritas negras não serem notadas/consideradas não significa que não existam, não estabeleçam trocas, não acessem existências hegemônicas, ou, que não atuem estrategicamente para uma promoção de reparação de violências sofridas. Destaco que não se trata somente de uma disputa pelo campo, o que se propõe na defesa de uma Antropologia Negra é a consideração pelo campo de um saber e de um fazer antropológico negros envolvidos em circuitos dadivosos. Saberes e Fazeres que são

desestabilizadores de um terreno antropológico com traços neoevolucionistas e que se revolvido por múltiplos fazeres, poderá testemunhar o desabrochar de plurissaberes. Enfim, e concordando com Johannes Fabian (2013: 40) quando afirma que “não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico e político”, negrito que há sim uma forte dimensão política quando coloco em pauta o reconhecimento de uma Antropologia Negra, da mesma forma, há uma forte dimensão política quando se nega a existência de uma Antropologia Negra no Brasil.

### **Negritando a Associação Brasileira de Antropologia**

O ano é 2018, mais especificamente em seu final, o mês de dezembro. A motivação para o encontro é a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia - 31ª RBA, acontecida em Brasília, no Distrito Federal, com a instigante temática *Direitos Humanos e Antropologia em Ação*. O evento é marcado pela demanda de uma ação política antirracista no campo da Antropologia e na Associação, quando antropólogas negras e antropólogos negros participantes da reunião manifestaram abertamente seu descontentamento com a escassa, e até inexistente, representação e representatividade racial de pessoas negras no congresso e na ABA. Aquela foi mais uma movimentação de pessoas negras, inspirada em tantas outras históricas movimentações de pessoas negras, envolvendo tantos outros espaços de mobilização de conhecimentos consolidados sobre exclusão, silenciamento e ocultamento de pessoas negras. Portanto, deste a perspectiva das antropólogas negras e antropólogos negros presentes naquele evento, não houve novidade. Todavia, o efeito daquela mobilização, resultou em uma inovação para a ABA.

Daquela mobilização foi criado, na mais antiga das associações científicas nacionais na área das Ciências Sociais, o Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA. Além de assessorar a ABA, nos moldes dos outros comitês da Associação, o Comitê tem buscado construir, movimentar e articular saberes no campo da Antropologia, em uma aguerrida perspectiva antirracista. Este perfil do Comitê de Antropólogas/os Negras/os guarda relação com as políticas de ações afirmativas no Brasil. O entendimento é o de que os efeitos acumulados da discriminação racial são sentidos pela população negra nas mais variadas dimensões da vida em

sociedade, sendo que espaços de produção de conhecimentos especializados não estão isentos a estes nefastos efeitos. Daí a necessidade de atentar-se ao combate às desigualdades raciais sobreviventes e encrudescidas nos mais variados espaços de atuação.

O Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA, tem buscado, nestes primeiros anos de sua existência, assegurar representação e representatividade em lugares de reconhecimento científico, assumindo a responsabilidade de colaborar de forma pedagógica com a construção de uma Antropologia mais plural e de um engajamento político antirracista. A compreensão vigorante é a de que o não reconhecimento das diferentes trajetórias e dos diferentes pensamentos étnico-raciais, nas mais variadas instâncias, contribui para a negação/violação de direitos a sujeitos não hegemônicos e também para a manutenção de privilégios raciais estruturados na sociedade como um todo e vividos por sujeitos hegemônicos como se fossem direitos exclusivos.

Para o Comitê, o ano de 2019 foi marcado por proposições de sensibilização para as presenças negras, e também indígenas, ciganas, de pessoas com deficiência, e por ocupação de espaços até então ainda muito homogêneos racialmente. Foram realizadas reuniões de planejamento e atuação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os e criadas as redes sociais do Comitê, no Facebook e no Instagram. Essas instâncias se converteram em canais importantes para articulação, interação e trocas acadêmicas, científicas e políticas. As pessoas integrantes do Comitê buscaram assegurar participação em eventos acadêmicos e científicos de forma a promover encontros entre elas, objetivando afinar concepções acerca das implicações de um fazer antropologia no Brasil, sendo uma pessoa negra. As reuniões, inicialmente presenciais, foram intensificadas com o advento da pandemia da Covid-19, que inaugura o trabalho remoto emergencial no ano de 2020, e passaram a ser on-line em busca de um aprimoramento de suas atuações.

Foi criado o Prêmio Lélia Gonzalez, que recebe este nome como um reconhecimento à contribuição do pensamento de Lélia Gonzalez (2018) à Antropologia brasileira e à sua luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Este prêmio é destinado ao reconhecimento de produções de jovens pesquisadoras negras e pesquisadores negros em três níveis de formação na Antropologia. Com a premiação o Comitê de

Antropólogas/os Negras/os busca estimular novas carreiras, oferecendo visibilidade à uma produção original e de reconhecida qualidade acadêmica, desenvolvidas na graduação e na pós-graduação, em universidades brasileiras, por discentes negras e negros. Esta ação revela para a Associação e a comunidade acadêmica um saber e um fazer merecedores de reconhecimento, atenção e inserção respeitosa e horizontalizada no campo.

Para o Comitê de Antropólogas/os Negras/os, o ano de 2020 foi de atuação propositiva e de intervenção na sociedade em geral, especialmente por meio das moções e notas aos acontecimentos marcados pelo racismo e por violências correlatas. Foi também um ano de articulação com outros setores da sociedade comprometidos com práticas antirracistas para a superação das desigualdades. Destaco aqui o trabalho conjunto com a Articulação Nacional de Antropólogas/os Negras/os, chamado inicialmente de Coletivo de Antropólogas/os Negras/os, que conta com mais de 300 pessoas de todo país. Estes profissionais da Antropologia têm desenvolvido ações que tem possibilitado a identificação de interesses temáticos e de demandas de estudantes e profissionais no que se refere a atuação na Antropologia, como pode ser verificado no mapeamento disponibilizado durante a 32ª RBA, de 2020, na Exposição Ogbón<sup>1</sup>. Destaco também o conjunto de webinários<sup>2</sup> intitulado “População Negra em Contextos de Pandemia”, idealizados e realizados pelo Comitê e transmitidos e disponibilizados pelo Canal do YouTube da ABA. Esses webinários possibilitaram uma difusão de saberes produzidos e mobilizados por dezenas antropólogas negras e antropólogos negros.

Durante a realização da 32ª RBA<sup>3</sup>, acontecida no final de 2020 com o tema *Saberes Insubmissos: Diferenças e Direitos*, com sede no Rio de Janeiro e de maneira totalmente remota em decorrência da situação de pandemia da Covid-19, foi notório o engajamento de antropólogas negras e antropólogos negros em evidenciarem seus lugares raciais de enunciação, destacando, inclusive uma especificidade de uma escrita negritada por trajetórias, trocas, encontros e memórias marcadas racialmente. Com presenças negras na comissão

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://expo.abant.org.br/ogbon/>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wl8VLWiP5OY&t=3443s>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/>

organizadora do evento, inclusive na comissão de isenções de taxa de inscrição para participação no evento, na cerimônia de abertura com o discurso da então coordenadora do Comitê de Antropólogas/os Negras/os, nas exposições e videoinstalações, na realização da primeira edição do Prêmio Lélia Gonzalez, nas conferências, simpósios especiais, grupos de trabalho, oficinas e minicursos, mesas redondas etc., foram iluminados os contornos do que nomeio aqui de uma Antropologia Negra. Fizéssemos uma comparação mais cuidadosa entre a 31ª RBA e a 32ª RBA, em uma perspectiva de Sankofa, poderíamos afirmar que este evento foi enegrecido com a ocupação de corpos e pensamentos negros, ou seja, fazeres e saberes negros.

O pássaro mítico africano representado pela Sankofa expressa uma forte presença no aqui e agora, tendo uma de suas cabeças voltada para trás, que simboliza o passado e a outra cabeça voltada para a frente, para o futuro. Negritar, além de realçar, delimitar e marcar o que se considera relevante, é também adotar esta perspectiva de Sankofa. Uma perspectiva que fora assumida por Achile Mbembe (2001) ao estudar as formas africanas de auto-inscrição e de aquisição integral de subjetividades, considerando concepções e esforços com potencial compreensivo e explicativo do passado e do presente, através de uma referência ao futuro. Nos atendo aqui à uma Antropologia brasileira, negritar a ABA e a Antropologia implica também adotar uma perspectiva antirracista de produção de um conhecimento antropológico caracterizado por agência e autoria negras, favoráveis aos plurissaberes.

Um fazer antropológico contemporâneo que não considere as movimentações que interpelam e problematizam as ausências, objetificações, apagamentos e silenciamentos, não opera em uma perspectiva antirracista e em atendimento a demandas atuais por autonomia, reconhecimento e reparação (Dias & Castro 2020). A Antropologia Negra emergente, neste ínterim, pode ser entendida como um eficiente instrumento de combate às desigualdades e privilégios raciais canonizados no campo. Uma reflexão que tenho desenvolvido nestes últimos anos, agora de dentro e como uma “quase da família” (Dias, 2019), é a de que, nesta última década, não coincidentemente uma década na qual os primeiros ciclos de formação com ações afirmativas se fecham, escancara-se uma interpelante e insurgente Antropologia Negra com agências e autorias negras que são resultantes de uma necessidade ética e estética de

realização de uma etnografia reparadora, ciente da potência do conhecimento de si para o conhecimento das culturas.

A Antropologia Negra que vislumbro é respeitosa ao campo, todavia não é míope, sendo altamente propositiva, desenvolvendo uma alta performance e dialogando com uma pedagogia da esperança, nos moldes de Paulo Freire (1992). A pedagogia da esperança busca sua concretude histórica na prática, no fazer, já que a esperança, criativa e libertadora, não reside na pura espera, mas na construção crítico/amorosa engajada, cotidiana, questionadora e atuante. No campo da Antropologia, contemporaneamente mutilada por dispositivos de racialidade (Carneiro 2005) ainda operantes, o alcance de uma necessária reparação epistêmica, no que se refere à população negra, se realizará na medida em que estiverem asseguradas presença equânime, relação dialógica, redistribuição de poderes e ressignificação de linguagens e corporalidades. As mudanças que podem ser notadas, sobremaneira na ABA, a partir de 2018, obriga o reconhecimento de uma homogeneidade racial branca de profissionais da área e também obriga a sua desestruturação, sob pena de ser afirmada sua supremacia.

### **O espírito da Antropologia Negra em perspectiva amefricana**

Começo esta segunda seção lembrando do *hau*, tão familiar aos profissionais da Antropologia e classicamente documentado por Marcel Mauss (2003) em seu “Ensaio sobre a dádiva”, onde estudou criteriosamente as formas e a razão das trocas em sociedades complexas. O *hau* é o espírito da coisa trocada que habita o objeto dado, recebido e retribuído, ou seja, é a dádiva que é trocada quando inserida em um circuito que mantém a sociedade viva, dinâmica e plena de sentidos e significações. O próprio autor, quando estuda o contrato social e a ideia dominante do direito Maori, por meio do estudo do espírito da coisa dada entre os Maori, apresenta as palavras de Tamati Ranaipiri que abre as portas compreensivas do que seja o *hau*. Leiamos, se possível, escutemos...

Vou lhes falar do *hau*... O *hau* não é o vento que sopra. De modo nenhum. Suponha que você possua um artigo determinado (*taonga*) e que me dê esse artigo; você me dá sem preço fixado. Não fazemos negociações a esse respeito. Ora, dou esse artigo a uma terceira pessoa que, depois de

transcorrido um certo tempo, decide retribuir alguma coisa em pagamento (*utu*), ela me dá de presente alguma coisa (*taonga*). Ora, esse *taonga* que ela me dá é o espírito (*hau*) do *taonga* que recebi de você e que dei a ela. Os *taonga* que recebi pelos *taonga* (vindos de você), é preciso que eu os devolva. Não seria justo (*tika*) de minha parte guardar esses *taonga* para mim, fossem eles desejáveis (*rawe*) ou desagradáveis (*kino*). Devo dá-los de volta, pois são um *hau* dos *taonga*, o *hau* da floresta. (Mauss 2003: 198).

Com esta lembrança da descrição de Marcel Mauss (2003) sobre o que é o *hau* para o Povo Maori, intenciono torná-la referência reflexiva para afirmar que a Antropologia Negra tem “espírito”, ao estilo maussiano, e está inserida em um circuito de trocas entre as “ilhas” antropológicas. Neste circuito, desde seus momentos mais iniciais, a Antropologia Negra tem sido donatária de artigos plenos de dádiva, importante operador de alianças, que têm sido recebidos por receptores profundamente conhecedores dos princípios da dádiva. Convido aqui para um exercício de imaginação e identificação da tão necessária - e obrigatória para que não haja rupturas de importantes laços sociais - retribuição. Como a reciprocidade aos saberes e fazeres negros pode ser observada no campo antropológico dos desejáveis, e ainda realizados somente parcialmente, plurissaberes?

Podéria buscar respostas a esse questionamento abrindo férteis diálogos com profissionais da Antropologia que foram negligenciados nos mais variados tempos e lugares. Negligência esta que manteve o campo de conhecimentos hegemônicos, racialmente homogêneo até os dias atuais. Despertam meu interesse as trajetórias da afro-americana Zora Hurston (1891-1960), a aluna negra de Franz Boas, que tinha um “jeito negro de dizer” (Basques 2019: 325) e que escreve seu livro *Barracoon: the story of the last “Black Cargo”* em 1931, sendo o mesmo publicado somente em 2018; e, de Joseph-Anténor Firmim (1850-1911), o antropólogo haitiano, que denunciou um racismo científico europeu, apresentando propostas de novas concepções de Antropologia e de seres humanos e que tem ainda hoje sua produção quase desconhecida. Revelo minha intenção de desenvolver esta escrita em estudos futuros e, por hora neste manuscrito, considero suficiente uma atenção mais minuciosa à antropóloga, ativista, negra, brasileira Lélia Gonzalez (1935-1994) e mais especificamente à sua categoria político-cultural de amefricanidade.

Lélia Gonzalez além de doutora em Antropologia política e intelectual produtiva academicamente (Gonzalez 1984), foi também ativista e fundadora do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR), em 1978, atualmente Movimento Negro Unificado (MNU), principal organização antirracista no Brasil e, integrou a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. Sua atuação política e acadêmica reverbera na elaboração da categoria político-cultural de amefricanidade, que emerge de um contexto histórico que considera tanto a diáspora negra, quanto o extermínio dos povos indígenas das Américas. Para forjar o conceito de amefricanidade, foram considerados por essa pioneira dos estudos sobre a cultura negra no Brasil, os movimentos de resistência e luta de povos indígenas e negros que foram violentados pela colonização. A escrita da autora adquire materialidade como um exercício de imaginação intelectual e também como resultado de uma ação pragmática e engajamento político.

Importante delimitar o conceito de amefricanidade, que se refere à experiência comum de pessoas negras na diáspora africana e também à experiência de pessoas indígenas contra a dominação colonial exercida na América Latina e no Caribe. Lélia Gonzalez (1988a) afirma que a amefricanidade se instituiu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcaram a opressão colonial sobre as presenças negras e indígenas no continente, sendo que o que a autora faz é nomear a categoria. Para a ativista e intelectual negra, durante o violento período escravocrata, a amefricanidade já se fazia presente, ainda que não fosse categorizada, “nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre” (Gonzalez 1988a: 79). Este reconhecimento feito pela autora nos lança para um universo de co-teorização, que vale ser destacado, por sua capacidade geradora de horizontalidade epistemológica. Concomitantemente, nos leva a reconhecer que uma honesta posicionalidade é fundamental em qualquer esforço de teorização, já que “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo.” (Gonzalez 1984: 224).

Ao pensarmos em termos de poder explicativo da categoria, nos detendo na potência epistêmica da amefricanidade, podemos compreender que ela é geradora de outras centralidades. O movimento compreensivo e explicativo,

com a aplicação desta lente hermenêutica, possibilita entrever um deslocamento de sujeitos negros e indígenas da margem, ou da condição de objetos de investigação, para o centro, ou assumindo um protagonismo, agência e interlocução na pesquisa. Dito de outra forma, há uma elevação desses sujeitos negros e indígenas, que passam a ser reconhecidos como sujeitos produtores de conhecimentos. Lélia Gonzalez (1988a) antecipa uma forma de pensar a região, com seus problemas, idiosincrasias, especificidades, desafios e peculiaridades, ao apresentar o conceito de amefricanidade. Importante destacar também a proposta vanguardista da autora de pensar sempre de maneira articulada as dimensões do racismo, do machismo e das desigualdades de classe (Gonzalez 1984).

Neste ponto da escrita, é válido chamar a atenção para o modo como o conceito de amefricanidade colabora para que a antropóloga negra em discussão avance em seu empreendimento intelectual e apresente uma proposta para pensar “um feminismo afrolatinoamericano” (Gonzalez 1988b), ou seja, um feminismo desde o sul, que no Brasil ganha força e um caráter singular com o feminismo negro. Lélia Gonzalez propõe pensar e se mobilizar em um feminismo a partir das especificidades da região, afrolatinoamérica, que é marcada pelo patriarcado conjugado com a experiência de dominação colonial de base racista e também com um caráter multirracial e pluricultural das sociedades na América Latina e no Caribe. A posicionalidade de Lélia Gonzalez assegura um olhar atento para as mulheres negras brasileiras, percebidas como sujeitos que revelam a cumulatividade do racismo e do machismo, e como sujeitos histórica, cultural e politicamente objetificados, estereotipados e violentados de múltiplas formas. Entende ainda que as experiências históricas das mulheres negras e indígenas, revelam um potencial de insurgência capaz de provocar abalos em estruturas societárias desiguais e discriminatórias.

A amefricanidade apresenta uma dinâmica histórica própria atrelada a diferentes contextos históricos da América Latina e Caribe e abriga uma historicidade das experiências, entendidas conforme Avtar Brah (1996), como lugares de formação de sujeitos. É inegável a força epistêmica da amefricanidade ao se inserir em um movimento contra-hegemônico do pensamento, da produção do conhecimento, da movimentação de saberes a partir dos sujeitos que foram subalternizados, excluídos, marginalizados. Não há como negar

que tanto a dinâmica histórica própria, quanto a força epistêmica da amefricanidade imprimem robustez, estabilidade semântica, ou, com outras palavras, *espírito* à categoria entregue/dada às Ciências Sociais. Diante desses saberes e fazeres antropológicos negros, algumas questões não podem se calar: Por que o circuito da dádiva não se efetiva em casos como este? Por que o espírito da coisa dada não é reconhecido? Por que depois de recebido o presente, não há retribuição? Por que o campo escolhe interromper um ciclo dadivoso que movimentaria, traria vida, sentido e significação às trocas imprescindíveis e aos plurissaberes?

Parece haver uma negação da coetaneidade aos saberes e fazeres antropológicos negros, que, se reconhecidos de maneira horizontalizada e contemporânea, poderiam revelar seu valor, sua dádiva, seu potencial para ampliar horizontes teóricos e metodológicos. Isso se não sofressem de uma classificação neoevolucionista que os racializa, sem, contudo, racializar os sabedores e fazedores de uma Antropologia hegemônica. A Antropologia Negra que entrevejo considera que os dispositivos de racialidade além de estruturadores das relações raciais no Brasil, são consolidadores das hierarquias raciais, sendo que ocupam todas as dimensões da vida em sociedade, inclusive um *locus* de produção de conhecimentos. Sueli Carneiro (2005) demonstra que os dispositivos de dominação, como os raciais, se renovam de maneira contínua, desenvolvendo tecnologias, inclusive científicas, tais quais o epistemicídios, como táticas de manutenção de realidades cruelmente desiguais, hierarquizadas, monológicas e uníssonas.

Por fim, vale destacar que, no Brasil, as políticas de ações afirmativas de recorte racial, alteram a composição racial do campo de produção dos conhecimentos, inserindo a perspectiva dos plurissaberes e dos saberes e fazeres negros, provocando alterações de rotas e destinos, com a inserção dos corpos negros em espaços de produção de Antropologia, e também evidenciando possibilidades de um fazer antropológico interpelante à própria disciplina. O que quero acentuar aqui é que a ABA e a Antropologia no Brasil podem experimentar hoje um dinamismo que movimenta a disciplina e que é provocado pela força êmica, ou pelo espírito, da Antropologia Negra. Caso se realize o sistema de prestações totais no qual se obriga a dar, receber e retribuir, este salutar movimento pode levar a uma atualização de saberes colocados em interação. Essa movimentação deve reconhecer e considerar as agências

criativas e as linguagens interpeladoras dos próprios sujeitos produtores de saberes, abdicando de uma produção de conhecimentos feita exclusivamente por intérpretes das culturas, que são hereditariamente iniciados pela disciplina.

### **Considerações finais**

Insurgência contra as desigualdades e discriminações, interpelação a situações de privilégio e posicionamento em defesa de atuação e autoria de profissionais da Antropologia que foram negligenciados pelo campo, indicam os contornos de uma Antropologia Negra, que tem muito a enunciar. Quanto ao interlocutor, que vestiu o caráter de Antropologia hegemônica, a demanda é por escuta aberta e atenta que permita o aprendizado e o reconhecimento do valor, do espírito, da Antropologia Negra; e por uma agência que seja desestabilizadora do que se impôs como hegemônico e universalmente válido, ainda que essa ação implique em perda de privilégios, já que estes encontram-se sustentados por cruéis e vergonhosos dispositivos de racialidade.

Com o Comitê de Antropólogas/os Negras/os, a ABA e a Antropologia hoje, me parecem se deslocar, em movimentos lentos e por vezes resistentes, do confortável lugar de espectadoras. As presenças negras, e também as indígenas, dentre outras presenças minoritárias, que se afirmam e se posicionam na Associação e na disciplina indicam alguns abalos em estruturas erigidas sobre saberes e fazeres hegemônicos e também sobre discriminações para que fosse mantida uma situação de privilégio acadêmico-científico. Esse deslocamento ganha vigor com agências concretas observadas na área, nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação que tem adotado posturas inclusivas, indicadoras de um antirracismo. Fundamental é o prosseguimento de ações inclusivas de discentes, docentes e saberes e fazeres negros. Nos planos de ensino, por exemplo, não há mais como desconsiderar temáticas e bibliografias não clássicas, que foram negligenciadas por serem negras.

As Antropologias no Brasil estão sendo desafiadas a seguirem atentas, criativas, solidárias e respeitadas, reconhecendo uma insurgência, as interpelações e os posicionamentos de saberes e fazeres antropológicos negros. A Antropologia Negra apresenta uma investida por reconhecimento, por escuta às vozes afrodiáspóricas, negras e

amefricanas que ecoam no Brasil e que reivindicam interlocução horizontalizada e uma reestruturação, reinvenção e reescrita do campo. Uma interlocução assim honestamente sensibilizada pode colaborar com os anseios, e forte demanda, por reparação epistêmica, colaborando também com uma atualização e articulação de saberes e fazeres. Por fim, considero que a Antropologia Negra conta com uma estabilidade semântica suficiente para forçar os limites compreensivos e explicativos que emolduram o campo.

A Antropologia Negra tem o potencial de tornar a Antropologia brasileira mais plurivocal e polissêmica, portanto, mais próxima de plurissaberes, mais vibrante, engajada politicamente e co-teorizada. A criação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA coloca em relevo a agência de profissionais negros e negras da Antropologia que demandam uma pluralização na composição racial da Associação, que, por sua vez, torna a própria disciplina mais plural. Há que se estar atento aos circuitos antropológicos que caracterizam, e sempre caracterizaram, a disciplina, mesmo que ainda não tenha acontecido, de maneira justa e reparadora, o reconhecimento do valor, da dádiva, que há na Antropologia Negra e que implica o campo na obrigação não somente do reconhecimento do valor do bem recebido, mas também da reciprocidade, já que dar, receber e retribuir é o que possibilita a circulação das dádivas mantenedoras da vida harmoniosa em sociedade.

### **Referências bibliográficas:**

- BASQUES, Messias. 2019. Diários de Antropologia Griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston. *Revista Antropológicas*, 23/30(2): 316-326.
- BRAH, Avtar. 1996. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Longon/New York: Routledge.
- CARNEIRO, Sueli. 2005. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*. 274f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de São Paulo / USP. São Paulo.
- DIAS, Luciana de Oliveira & CASTRO, Ana Luísa Machado de. 2020. “Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 9(17): 535-561.

- DIAS, Luciana de Oliveira. 2019. “Quase da Família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo”. *Revista Humanidades & Inovação*, 6(16): 8-12.
- FABIAN, Johannes. 2013. *O Tempo e o Outro - como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes.
- FREIRE, Paulo. 1992. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONZALEZ, Lélia. 2018. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora.
- GONZALEZ, Lélia. 1988a. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 92/93(1): 69-82.
- GONZALEZ, Lélia. 1988b. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, 9(1): 133-141.
- GONZALEZ, Lélia. 1984. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 2(1): 223-244.
- KRENAK, Ailton. 2020. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify.
- MBEMBE, Achile. 2001. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(1): 173-209.
- PINHO, Osmundo Araújo & SANSONE, Livio (Orgs.). 2008. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA.

Enviado: 14/05/2021

Aceito: 14/06/2021